

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67106.003976/2026-74

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de protetores solares, com Fator de Proteção (FPS) 50, na apresentação de frascos de 120 ml, para atender tanto a reposição deste item nos Kits SSS (Segurança, Salvamento e Sobrevivência) coletivos presentes nas aeronaves alocadas em 21 organizações militares (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB), como também atender a demanda de uso deste item como EPI (Equipamento de Proteção Individual) nas atividades militares realizadas sob o sol.

2.2. O material solicitado compõe os kits SSS coletivos das aeronaves. Tais kits são obrigatórios em todas as aeronaves da FAB, e são necessários para uso em caso de acidente aéreo e devem estar disponíveis com todos os itens, conforme previsto pela DCA 400-57/2023 e BT LS 93-250 SSS 026.

2.3. O Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA), conforme estabelece a Portaria EMAER Nº 6 /CEMAER, de 08 de março de 2022, é o responsável pela aquisição e distribuição dos itens que compõem os KITS SSS. A quantidade total de Kits SSS coletivos é de 853 atualmente (conforme dados de 2025).

2.4. É mister considerar que a aquisição dos protetores solares faz-se necessária para atender a alta demanda deste EPI nas OM's apoiadas por este Laboratório. No primeiro semestre de 2025 foram distribuídos 2.607 protetores para 18 Organizações Militares da FAB, nas cinco regiões do país, para atender tanto a demanda de reposição dos Kits SSS (Segurança, Salvamento e Sobrevivência) coletivos das aeronaves, como também para uso como EPI dos militares em diversas atividades realizadas sob intenso sol.

2.5. Como já está bem estabelecido na literatura científica, o uso de protetores solares é fator primordial na prevenção do câncer de pele. E segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) o tumor maligno mais incidente no Brasil é o de pele não melanoma (31,3% do total de casos em 2022). Por conseguinte, é primordial disponibilizar aos militares da FAB, que realizam atividades sob radiação solar a céu aberto, frascos de protetores solares para serem utilizados como Equipamento de Proteção Individual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Logística em Saúde (DILS)	1T QOFarm Douglas Abramoski Ribeiro
Divisão de Logística em Saúde (DILS)	1T QOCon Farm Caroline Reis de Siqueira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. **Quantitativo mínimo a ser solicitado para o item:** Conforme Termo de Referência.

4.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro;

Atender a descrição do item contida no Termo de Referência (TR), bem como as especificações contidas no Anexo A do TR.

4.2. Prazo e condições de entrega do material:

4.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias corridos, contados do envio pela contratante da Nota de Empenho. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte local: Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica sediado à Estrada do Galeão, 4001, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.941-353.

Na ocasião do recebimento, todos os itens serão avaliados quanto aos critérios de especificação e qualificação técnica do produto descritas neste documento. Em caso de divergências entre as especificações do objeto descritas no Código SIASG e as especificações constantes no presente documento e no TR, estes últimos (ETP e TR) deverão ser atendidos plenamente.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Se, durante o recebimento dos bens for constatada alguma discrepância (ou não conformidade) que não permita atingir as condições de recebimento, a CONTRATANTE deverá informar à CONTRATADA, oficialmente, pelo meio mais rápido e com solicitação de confirmação de recebimento do informe.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação à contratada, as custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

A despesas decorrentes do transporte dos materiais com discrepância ou não conformidade correrão por conta da CONTRATADA.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A Nota Fiscal Eletrônica apresentada pela empresa no momento da entrega do produto deverá vir acompanhada da cópia da Ordem de Fornecimento e da cópia da Nota de Empenho referentes ao fornecimento executado, ou deverá mencionar o número do processo. Deverá também constar no corpo da Nota fiscal: o número do lote, a data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

No momento da entrega do item, deverá ser entregue juntamente a nota fiscal, o Laudo de Controle de Qualidade referente ao lote do item recebido, cuja elaboração deverá ser providenciada pelo laboratório fabricante do produto a ser entregue.

O LAQFA reserva-se no direito de **NÃO** receber os itens entregues pela empresa contratada, nas seguintes situações:

Que não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas quanto à procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte. Portanto, a empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos produtos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento;

Que possuam **validade inferior a 70%** de sua validade plena, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS. Ressalvados os casos que, por interesse do CONTRATANTE, poderá ser autorizado previamente o recebimento dos itens com validade inferior a 70% de sua validade plena. Neste caso, a CONTRATADA deverá formalizar o compromisso da troca de todo o quantitativo excedente que por ventura venha a vencer, em até 96 horas antes de expirado o prazo de validade. A não observância deste prazo sujeita o fornecedor às penalidades estabelecidas por atraso na entrega: advertência, multa ou quaisquer outras a critério da administração pública.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, a justificativa será analisada para avaliação de sua pertinência o que não exclui a aplicação das sanções administrativas prevista: multa, advertência e suspensão do SICAF.

A contratada deverá substituir, em qualquer época, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o material entregue e aceito, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização.

O fornecedor que atrasar a entrega do material estará sujeito à multa moratória na forma prevista no Termo de Referência.

4.3 Subcontratação: Não será admitida a subcontratação;

4.4 Requisitos de habilitação necessários: Serão exigidos os seguintes documentos complementares para a Habilitação Técnica:

Apresentar contrato ou documento que comprove a existência de um Responsável Técnico (RT) habilitado registrado no conselho de classe.

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76, cópia do Diário Oficial da União (DOU) e para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC no 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

Apresentar **LICENÇA SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO** emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal do ano em Exercício, de acordo com o art. 5º, I, da Portaria nº 3765/98 e com o art. 21 da Lei 5.991, de 17 de setembro de 1973 . Vale ressaltar que em caso da falta da licença, pode-se aceitar o protocolo, desde que o mesmo tenha sido distribuído no prazo máximo (cento e vinte dias antes do vencimento) estabelecido pela Resolução ANVISA nº 66 de 05/10/2007, Art. 3º, parágrafo 1º.

Apresentar pelo menos 1 (um) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecido por empresa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da atividade de fornecimento do objeto cotado. Este atestado deverá conter minimamente as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.

Em outros órgãos públicos ou privados para comprovação da aptidão para fornecimento dos mesmos, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Notas Fiscais que comprovem o fornecimento, caso seja solicitado essas notas fiscais para esclarecer dúvidas sobre a fidedignidade dos atestados de capacidade técnica.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.5 Critérios de especificação e qualificação do produto:

Os documentos exigidos estão de acordo com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição, publicado pela Consultoria Geral da União, em Outubro de 2024.

O licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar as seguintes documentações relativas ao produto:

Descrição detalhada do produto, indicando: a composição completa do produto ofertado; apresentação e forma farmacêutica; a marca; o fabricante; a embalagem com o quantitativo do produto ofertado; número do registro expedido pela ANVISA /MS.

Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro;

Só serão aceitos protocolos de revalidação quando esta tiver sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, conforme o § 6º da Lei nº 6.360/76.

O Registro do Produto revalidado automaticamente pela ANVISA/MS deverá ser ratificado por meio da apresentação da publicação do ato em D.O.U., conforme art. 12 da Lei nº 6.360/76.

Atender a descrição do item contida no Termo de Referência (TR), bem como as especificações contidas no Anexo A do TR.

4.6 Do índice de reajuste contratual

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA/IBGE.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O presente levantamento atende ao disposto no art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, visando identificar soluções disponíveis no mercado, fornecedores aptos e estimativas de preços para a aquisição pretendida. A pesquisa foi realizada por meio de consulta ao "compras.gov.br", análise de contratações similares na administração pública, consulta a sítios eletrônicos especializados.

Por conseguinte, foram identificadas as seguintes soluções: Protetor Solar FPS 30, Protetor Solar FPS 50, Protetores solares em diferentes apresentações. Considerando a exposição prolongada ao sol dos militares nas mais diversas atividades; considerando que já foi solicitado ao LAQFA protetores solares com fator de proteção mais elevado e considerando que o Protetor Solar FPS 50 possui ampla oferta no mercado, concluiu-se por buscar adquirir por meio do presente processo o item "Protetor Solar FPS 50, em frascos de 120 mL".

6. Descrição da solução como um todo

Tendo em vista que o LAQFA não dispõe deste item atualmente nas especificações requeridas, torna-se necessária a aquisição a partir de fornecedores especializados. A aquisição dos protetores solares garantirá a reposição deste item nos 853 Kits SSS distribuídos em 21 OMs, de modo que o mesmo ficará disponível para uso em caso de acidente aéreo. Além disso, a aquisição deste item possibilitará a disponibilização dos mesmos aos militares da FAB, para uso como Equipamento de Proteção Individual nas atividades profissionais que requeiram tal proteção.

6.1. Justificativa para adoção do Sistema de Dispensa Eletrônica

A contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com valores atualizados por meio do Decreto nº 12.807 de 29/12/2025; uma vez que o valor estimado da aquisição enquadra-se nos limites legais estabelecidos para compras de bens e serviços comuns de pequeno valor, possibilitando a adoção de procedimento mais célere, eficiente e econômico.

A utilização da Dispensa Eletrônica assegura, ainda, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência, ampliando a competitividade entre os fornecedores e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.2 Justificativa para não utilização de sistema de registro de preços

A opção pela utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica, e não pelo Sistema de Registro de Preços, para aquisição de protetores solares, fundamenta-se no fato de que a necessidade deste item é imediata nas OM atualmente apoiadas pelo LAQFA, em vista do surgimento atual de novas demandas por este item. Ressalta-se ainda que o atendimento da demanda está diretamente relacionada à preservação da saúde dos militares, prevenindo danos dermatológicos decorrentes da exposição prolongada ao sol.

Desta forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços implicaria a instauração de um procedimento mais complexo e prolongado, com a formalização de ata de registro de preços, e já a dispensa eletrônica destaca-se pela celeridade.

6.3 Da garantia de execução

Tendo em vista a aquisição tratar-se de item de prateleira para manutenção dos estoques dos kits SSS e disponibilização imediata do item às OM apoiadas nas quais os militares exercem atividades sob radiação solar a céu aberto, não se faz necessária a previsão de garantia contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	PROTETOR SOLAR TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB, FATOR DE PROTEÇÃO: FATOR 50, FORMA FARMACÊUTICA: LOÇÃO CREMOSA, ADICIONAL: ISENTO DE ÓLEO	900	2.700	R\$ 17,39	R\$ 46.953,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 46.953,00

8.1 Em pesquisa de preços realizada no "compras.gov.br", o valor médio obtido para a aquisição dos itens é de R\$ 46.953,00 (Quarenta e seis mil e novecentos e cinquenta e três reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não pode ser parcelada, pois o presente certame tem por objetivo a aquisição de apenas 01 (um) item, conforme descrito neste ETP e no TR.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Contratação incluída, de forma extraordinária, no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do LAQFA através da DFD 24/2026, enviada ao CAE por meio do Ofício nº 2/DILS/146 de 27 de janeiro de 2026.

12. Do afastamento de ME/EPP

O Governo Federal em busca de medidas que proporcionem a aceleração do crescimento econômico, publicou em 15 de dezembro de 2006 a Lei Complementar nº 123 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de

Pequeno Porte estabelecendo normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As mudanças pretendidas, com respaldo nos artigos 170 e 179 da Constituição, sinalizam a intenção do Governo de se utilizar mais e melhor de seu poder de compra, fomentando o crescimento das economias locais e dos micros e pequenos empreendimentos, buscando, ainda, incentivar a competitividade, permitindo a redução dos preços ofertados à Administração.

Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, que altera a Lei Complementar supracitada, modificando consideravelmente a participação das MEs e EPPs nas aquisições públicas, consubstanciando os genéricos comandos constitucionais que impõem o tratamento diferenciado e favorecido às empresas enquadradas nas duas categorias. Em seu art. 48, a Lei Complementar nº 123 enumera as situações em que a Administração deverá conceder tratamento diferenciado e simplificado:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

(...)

III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)”

O Decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, em seu artigo 10º, lista condições onde não se aplicam os benefícios previstos nos artigos 6º a 8º do referido decreto. E em uma das condições previstas, destaca-se o Inciso II:

“Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;”

Sabidamente, o legislador considerou quando não se verifica a aplicabilidade do disposto nos arts. 47 e 48 da LC nº 123/2006, in verbis:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

Ocorre que, o presente processo visa adquirir, com celeridade, os protetores solares para uso como EPI nas diversas situações profissionais nas quais os militares exercem sua função sob radiação solar a céu aberto. Por conseguinte, a necessidade atual deste item é premente. Ainda sobre o assunto, verifica-se um alto índice de itens desertos e fracassados nos pregões de aquisição de medicamentos que optam pela exclusividade de participação de empresas de porte ME/EPP, o que acarreta em retrabalho e consequentes custos para a administração, além da possibilidade de solução de continuidade. Portanto, visando obter a proposta mais vantajosa para a administração pública, incentivando a participação no certame do maior número de empresas possíveis, e baseado nos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, optou-se pela ausência de previsão editalícia de itens com a participação restrita dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

13. Da classificação de bens comuns

O objeto do presente processo é **bem comum**, pois os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Estudo, mediante descrição usual de mercado dos materiais a serem adquiridos. Por conseguinte, enquadra-se no disposto do inc. XIII do art. 6º e art. 29, ambos da Lei 14.133, de 2021.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tornará disponível aos militares da FAB, que realizam atividades sob radiação solar a céu aberto, protetores solares a serem utilizados como Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Além disto, o item adquirido poderá ser repostado nos 853 Kits SSS coletivos presentes nas diversas aeronaves da FAB.

15. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. O Plano de Logística Sustentável (PLS) do LAQFA, publicado no PCA 400-169 de 2022, prevê no seu item 13.4, que se deve "Observar nas contratações as diretrizes de sustentabilidade ambiental, tendo como fundamento a Constituição Federal, a Lei nº 8.666, de 1993, e outras legislações pertinentes, sem perder de vista os princípios de razoabilidade e proporcionalidade". Por conseguinte, em consonância com o referido PLS, para mitigar os possíveis impactos ambientais, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

16.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013. Conforme disposto no art. 3º, V deste Decreto, as empresas deverão dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde. Além disso, as empresas fornecedoras deverão estar devidamente registradas no Cadastro Técnico Federal (CTF) e adotar medidas de controle ambiental, garantindo práticas que minimizem impactos ao meio ambiente.

16.1.2. Conforme o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010, as contratações devem priorizar produtos que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, incluindo itens recicláveis e/ou reciclados, sempre que tecnicamente viável.

16.1.3. Os resíduos de saúde devem obedecer ao preconizado pelo PGRSS, no que concerne à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final protegendo à saúde pública e ao meio ambiente sustentável para tanto a base legal é a RDC/ANVISA Nº 222/2018 e resoluções do CONAMA e CENEN. As empresas contratadas deverão garantir o manejo seguro e ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

16.1.4. Os veículos para transporte de insumos gerados nos Serviços de Saúde devem obedecer às normas técnicas e resoluções para cada tipo de produto emanados da ANVISA e CONAMA.

16.2. Não obstante às obrigações da contratada, a contratante também possui obrigações quanto ao descarte de resíduos. O descarte de resíduos sólidos e químicos, dos materiais com validade expirada sem carta de comprometimento de troca, será realizado pela contratante por meio de contrato com empresas especializadas no correto descarte e incineração de resíduos sólidos.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e tem adequação orçamentária e financeira, além da estimativa de impacto do sobredito objeto, neste exercício, ser suportável pela dotação orçamentária prevista para esta Unidade Administrativa e também compatibilizada com as leis orçamentárias vigentes.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS ABRAMOSKI RIBEIRO

Membro da comissão de contratação

CAROLINE REIS DE SIQUEIRA

Membro da comissão de contratação

BRENDA DE ANDRADE DA CONCEICAO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	7 – Estudo Técnico Preliminar Nº 14 2026
Data/Hora de Criação:	13/04/2026 12:55:53
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	62c3e53c70b6898af88e945983ef5217
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DOUGLAS ABRAMOSKI RIBEIRO no dia 13/04/2026 às 10:13:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento BRENDA DE ANDRADE DA CONCEIÇÃO no dia 13/04/2026 às 10:15:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ARILSON DIAS no dia 28/05/2026 às 15:57:12 no horário oficial de Brasília.